



Relatório de assegução razoável dos auditores independentes sobre a validação do processo de liquidação de Setembro (primeira parcela) de 2024 e dos dados de entrada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MCSD EE Mensal de Novembro de 2024

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

12 de novembro de 2024



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes

Aos

Srs. administradores da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Fomos contratados pela **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** para realização de procedimentos de revisão visando a emissão de um relatório de asseguarção razoável sobre **a validação dos dados de entrada e processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MSCD EE Mensal** referentes ao mês de **setembro (liquidação da primeira parcela) e novembro (processamento) de 2024**, na data de **12 de novembro de 2024** e com base nos processos internos da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** abaixo descritos:

- (a) **Processo de liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits na modalidade Energia Existente – MSCD EE;**
- (b) **Divulgação do relatório final com os dados da liquidação do MSCD EE, com base nos dados de movimentações contábeis executadas;**
- (c) **Elaboração da consolidação dos dados de entrada e declarações aplicáveis ao processamento do mecanismo de sobras e déficits de energia existente, de acordo com os critérios definidos nas disposições legais, regulamentares e determinações judiciais aplicáveis;**
- (d) **Divulgação do relatório final com os resultados do processamento do MSCD EE.**

Exceto pelo descrito no parágrafo anterior, que define o escopo do nosso trabalho, não efetuamos procedimentos de asseguarção sobre outros temas, para os quais não expressamos opinião.

Critérios aplicados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

O objeto de asseguarção foi elaborado de acordo com critérios definidos nas disposições legais, regulamentares e determinações judiciais aplicáveis **ao processamento e à liquidação do MSCD EE**, incluindo a **Lei nº 9.427/1996, que estabelece a ANEEL e suas atribuições, a Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, que regulamenta a comercialização de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)**. Além disso, foram considerados procedimentos que detalham os processos **liquidação e medição, bem como notas técnicas e comunicados específicos**. Tais critérios foram concebidos especificamente para atendimento à exigência regulatória e, portanto, as informações relacionadas ao trabalho de asseguarção razoável podem não ser adequadas para outra finalidade.

Responsabilidade da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A Administração da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** é responsável pela aplicação dos critérios considerando todos os aspectos materialmente relevantes ao objeto de asseguarção. Essa responsabilidade inclui o estabelecimento e manutenção dos controles internos que propiciem uma adequada segurança do ambiente de operação das atividades para **a liquidação e processamento do Mecanismo de**

Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MCSD EE, com base nos devidos dados de entrada, e a qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo medidas para situações de ruptura, contingência ou emergência, evidências e estimativas relevantes para a preparação do objeto de asseguarção, isento de distorções materiais decorrentes de fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre o objeto de asseguarção, baseada nas evidências obtidas, seguindo os requerimentos da NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma *International Standard for Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information* ('ISAE 3000'), e outros documentos de referência, conforme acordado junto à **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 12 de setembro de 2023**. Essas normas exigem que planejem e realizemos nosso trabalho para obter uma segurança razoável de que, em todos os aspectos relevantes, **a liquidação e o processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MCSD EE** estão apresentados de acordo com os Critérios, e para emitirmos um relatório.

Acreditamos que as evidências que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base razoável para nossa opinião.

Nossa independência e gerenciamento da Qualidade

Mantivemos nossa independência e confirmamos que cumprimos os requerimentos do Código de Ética dos Contadores Profissionais, emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants*, bem como afirmamos termos as competências e experiências requeridas para conduzir esse trabalho de asseguarção.

À EY também se aplica as normas *International Standard on Quality Management, Quality Management for Firms that Perform Audits or Reviews of Financial Statements, or Other Assurance or Related Services Engagements*, o que requer que desenhemos, implementemos e operemos um sistema de gestão da qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados à conformidade com requerimentos éticos, profissionais, legais e regulatórios aplicáveis.

Descrição dos Procedimentos Realizados

O serviço de asseguarção razoável envolve a execução de procedimentos para obter evidências adequadas e suficientes de que a **liquidação e o processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MCSD EE** possui uso efetivo dos dados de entrada, assim como a aplicação de procedimentos analíticos que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre **os resultados da liquidação e processamento divulgados**.

Os procedimentos utilizados em nossa asseguarção foram os seguintes:

- (a) Planejar os trabalhos, seguindo o cronograma sugerido;
- (b) Indagar e observar junto aos profissionais para entendimento acerca das etapas necessárias para a liquidação e processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MCSD EE;
- (c) Validar o conjunto completo de dados de entrada utilizados para liquidação e processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente Mensal – MCSD EE, sendo possível obter por meio

dos relatórios de montante máximo declarável, montante dos contratos, declaração e rateio de sobras, declaração, rateio de fator de déficits;

- (d) Inspecionar os documentos e registros necessários para a análise dos procedimentos referentes ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente;
- (e) Analisar os arquivos de remessa e retorno do banco, confrontando com os dados de entrada da liquidação; e
- (f) Validar que os movimentos contábeis estão coerentes, de acordo com as disposições contábeis regulamentares.

Também realizamos outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias.

Opinião

Em nossa opinião, **as etapas de liquidação de setembro de 2024 e processamento de novembro de 2024 do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente – MCSDD EE** estão apresentados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios definidos na seção “Critérios aplicados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)” deste relatório.

Restrições de uso e distribuição

Este relatório foi preparado para uso exclusivo da CCEE e para ser distribuído à ANEEL e aos Agentes apenas em sua íntegra, e não deve ser apresentado ou distribuído a terceiros, tendo em vista sua finalidade específica descrita no primeiro parágrafo. Qualquer outra parte que obtiver acesso ao nosso relatório, ou à cópia deste, e confiar nas informações nele contidas (ou ainda em qualquer parte dele) irá fazê-lo por própria conta e risco. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade e negamos qualquer responsabilidade perante qualquer outra parte que não seja a CCEE pelo nosso trabalho, pelo relatório de asseguarção ou pelas nossas conclusões.

São Paulo, 12 de novembro 2024.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CNPJ 61.366.936/0001-25

CRC-SP-034519/O

Hanalu Rodrigues Mariano

CRC-SP-350883/O

Diretora Executiva